

1.

DEZEMBRO · 2016

*Ponte de Lima:  
do passado ao presente,  
rumo ao futuro!*



# OS CINQUENTA ANOS DA ESCOLA TÉCNICA DE PONTE DE LIMA: FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO

## THE FIFTY YEARS OF THE PONTE DE LIMA TECHNICAL SCHOOL: FOUNDATION AND EVOLUTION

Criada no âmbito de uma política de incremento do ensino técnico-profissional delineada nos inícios da década de 1950, a Escola Técnica de Ponte de Lima veio responder aos anseios dos corpos administrativos locais e às necessidades de uma parte significativa da população. O problema da sua instalação foi difícil de resolver. Apesar das tentativas “quase desesperadas” por parte de dois Presidentes da Câmara, decorreram cerca de cinco anos entre a publicação do diploma da sua criação e a abertura das actividades lectivas. Inicialmente, não se verificaram condições para implementar uma das áreas de formação prevista, contudo, outros cursos foram desenvolvidos com sucesso, registando-se um aumento significativo da população escolar. Durante década e meia, as actividades lectivas funcionaram em instalações exíguas, dispersas e profundamente precárias. A Escola Técnica foi o fulcro da expansão e da diversificação da rede escolar que hoje cobre todo o Concelho, proporcionando o cumprimento de uma escolaridade obrigatória sucessivamente alargada. A democratização do ensino exigiu um avultado investimento público, jamais previsto no acto da criação da Escola Técnica.

*Built within an increase in technical and vocational education policy outlined in the early 1950s, the School of Ponte de Lima came the Technical response to the needs of local administrative bodies and the needs of a significant part of the population. The problem of installation has been difficult to solve. Despite attempts “almost desperate” by two Presidents of the Chamber, it took about five years between the publication of the act of its creation and the opening of school activities. Initially, there were no conditions to implement the foreseen training areas, however, other courses have been successfully developed, registering a significant increase of the school population. During the decade and a half, the school activities worked in confined dispersed and deeply poor facilities. The Technical School was the focus of expansion and diversification of the school network which today covers the entire county, providing compliance with a successively extended compulsory education. The democratization of education required a large public investment ever provided in the act of creation of the Technical School.*

ESCOLA PÚBLICA,  
POLÍTICAS EDUCATIVAS,  
EQUIPAMENTOS ESCOLARES

PUBLIC SCHOOL;  
EDUCATIONAL POLICIES;  
SCHOOL EQUIPMENT



**FIGURA 1.**

Paço do Marquês - Sede da Escola Técnica de Ponte de Lima (1965-1980)<sup>(1)</sup>

## MANUEL PIRES RIBEIRO

de repente a agitação aumentou na Vila. É que naqueles dias de Dezembro de 1965, logo de manhã, pelas estreitas ruas circulavam muitas crianças, com idades compreendidas entre os doze e os catorze anos, que se dirigiam para o Paço do Marquês. Este, depois de vários anos desocupado, após a transferência dos doentes e dos serviços para o novo hospital, ganhou novamente vida; não a vida frágil de acamados e de seres marcados pelo sofrimento, mas uma vida repleta de fulgor, de energia e de esperança no futuro. No dia 10 de Dezembro de 1965, começaram as aulas do 1º ano do ciclo preparatório do ensino técnico. Eram mais de 100, entre meninos e meninas. Cedo aprenderam que, tal como acontecia na maior parte das escolas primárias que frequentaram, havia uma porta de acesso à “grande” Escola, que era só para os rapazes, e outra para raparigas (Fig. n.º 2). No recreio a separação era mantida e vigiada por um contínuo, natural da ilha da Madeira, que também controlava as entradas para o edifício.

Finalmente, depois de muitas canseiras para aqueles que tentaram apressar a abertura da escola, inicialmente sem sucesso, depois de muitos anos de espera



FIGURA 2.

Porta de acesso das alunas ao recinto escolar

para crianças, que, concluída a 4ª classe, eram precocemente lançadas no mundo do trabalho, sobretudo rural, e para muitos pais que depositavam agora nos estudos uma forte esperança para que os filhos não tivessem que trilhar um percurso de vida tão duro como o seu, as aulas começaram.

Se o arranque das aulas na Escola Técnica, apesar das precárias condições, deixou marcas indeléveis na memória dos primeiros alunos e rasgos de esperança

111 AQUANDO DA INAUGURAÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO DA ESCOLA SECUNDÁRIA, NÃO EXISTIAM INSTALAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ÁREA DE MECANOTECNIA, PELO QUE AS RESPECTIVAS ACTIVIDADES FORMATIVAS CONTINUARAM A FUNCIONAR NO PAÇO DO MARQUÊS.

para os seus progenitores, o acto solene da sua inauguração, em 29 de Janeiro de 1966, com a presença das principais autoridades políticas e administrativas do Distrito, incluindo os presidentes da Câmara de todos os concelhos, simbolizou que, à época, a importância do serviço educativo a prestar pela Escola Técnica de Ponte de Lima ultrapassava os limites do Concelho.

Na década de 1950, o Governo traçou nos Planos de Fomento o objectivo de desenvolver o ensino técnico-profissional. Para que a rede dos respectivos estabelecimentos de ensino cobrisse melhor todo o território nacional, foi projectada a criação de dezenas de escolas técnicas cujas áreas de formação deviam também responder a algumas características económicas de cada região. Paralelamente à expansão do ensino comercial e industrial, nos finais da década de 1950, o Governo lançou as bases da organização do ensino profissional agrícola, reconhecendo a necessidade de proporcionar aos jovens e adolescentes que, concluída a 4.ª classe, continuavam ligados à terra, uma formação que simultaneamente aprofundasse a cultura geral e desenvolvesse competências geradoras de progressos na produção agrícola e afim.

Em 1959, ficou decidido a nível central dotar do distrito de Viana do Castelo com mais uma escola técnica, vindo a ser es-

[2] CONFORME O DECRETO Nº 45 980, DE 20 DE OUTUBRO DE 1964, EM 1960, O CONCELHO DE PONTE DE LIMA TINHA 42979 HABITANTES E A MÉDIA DE APROVAÇÕES NOS EXAMES DA 4ª CLASSE, NOS ÚLTIMOS 3 ANOS, ERA DE 755 CRIANÇAS.

[3] RECORDE-SE QUE ESTAVA EM ADIANTADA FASE DE CONSTRUÇÃO O EMPREENDIMENTO DE EMPARCELAMENTO RURAL DE ESTORÕES, OBRA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA, QUE MERECEU A VISITA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, MARCELO CAETANO, EM 30/08/ 1969.

colhida para a sua instalação a vila de Ponte de Lima. Para além da expansão da rede de escolas técnicas pelo país, pesaram outros motivos, como as características socioeconómicas e o número de habitantes do Concelho, que já ultrapassava os 42.000<sup>[2]</sup>, e o elevado número de crianças anualmente aprovadas no exame da 4.ª classe.

Como veio a ser estabelecido no diploma de criação deste estabelecimento de ensino, a Escola Técnica de Ponte de Lima contemplava justamente três das necessidades do sistema educativo e do desenvolvimento económico do País: um ensino elementar que prolongava a escolaridade obrigatória e evitava uma escolha demasiado precoce de um percurso escolar ou de uma formação profissional específicos; o aperfeiçoamento da formação técnica e profissional e a implementação do ensino agrícola. A atribuição ao Concelho de uma escola agro-industrial parece perfeitamente integrada em modelos de desenvolvimento económico desejáveis; uma agricultura assente no minifúndio e em práticas ancestrais que era urgente modernizar<sup>[3]</sup> e um desenvolvimento industrial que carecia de mão-de-obra com formação profissional adequada.

Pelo decreto do Ministro da Educação, Inocêncio Galvão Teles, com data de 15 de Dezembro de 1960, foram criadas mais sete escolas técnicas: três indus-

triais (Penafiel, Ovar e mais uma no Porto), três agro-industriais (Tavira, Régua e Ponte de Lima) e uma elementar no Barreiro. A notícia da criação da Escola Técnica de Ponte de Lima originou grande regozijo entre os responsáveis pela administração local e a população em geral e impulsionou manifestações populares de agradecimento ao Governo que tiveram lugar na capital do Distrito e em Lisboa. A Câmara reconheceu a sua gratidão ao membro do Governo mais directamente ligado à atribuição deste benefício a Ponte de Lima, o Subsecretário de Estado da Educação, Baltasar Rebelo de Sousa.

Esta satisfação tinha razão de ser, pois desde há precisamente 34 anos, os candidatos à prossecução de estudos no ensino público, após a 4.ª classe, tinham que rumar para fora do Concelho. Viana do Castelo e Braga eram as localidades mais próximas onde se sediavam estabelecimentos de ensino técnico e liceal. É verdade que, desde a década de 1950, a Vila dispunha de dois estabelecimentos de ensino que proporcionavam a frequência do curso geral dos liceus, o Colégio feminino D. Maria Pia e o Externato Cardeal Saraiva. Contudo, o preço das propinas e outras despesas inerentes à vida escolar não estavam ao alcance dos rendimentos da maioria dos agregados familiares e, à época, o ensino particular não era subsidiado. E não havendo paralelismo pe-

[4] CONFORME OS ESTATUTOS DOS ENSINOS LICEAL (1947) E TÉCNICO (1948), AS PROPINAS PAGAS EM 3 PRESTAÇÕES, AO LONGO DO ANO, ERAM DE 480\$00 E DE 160\$00 PARA OS CURSOS GERAIS DO ENSINO LICEAL E DO TÉCNICO, RESPECTIVAMENTE.

[5] IRMÃO DO MÉDICO E CONHECIDO REPUBLICANO LIMIANO, DR. MANUEL JOSÉ DE OLIVEIRA.

[6] PELO DECRETO 6137, DE 29/9/1919, FOI APROVADO UM NOVO REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO.

dagógico, os alunos do ensino particular tinham que se sujeitar aos exames fiscalizados por agentes do ensino público. Ou, como era mais vulgar, candidatavam-se, como alunos externos, aos exames nos liceus, ou realizavam as provas no próprio estabelecimento de ensino, mas com a presença de júris do ensino público. Não se pense contudo que as despesas com a frequência de um estabelecimento de ensino público, em Viana, em Braga ou noutra cidade, eram facilmente suportadas pelo orçamento de qualquer família. Se o horário das “carreiras” fosse compatível, apesar de o passe semanal não ser barato, o gasto sempre era menor do que o preço do alojamento mensal em qualquer pensão, por mais humilde que fosse; isto, no caso de não ser possível recorrer aos favores de familiares aí residentes. Acrescente-se ainda o preço das refeições (as cantinas eram raras), do material escolar e das propinas, que nos liceus não eram nada módicas<sup>[4]</sup>. Sob o pretexto da vocação sacerdotal, o recurso ao internato em seminários atenuava bastante a sobrecarga financeira, contudo, a prossecução de estudos, em caso de abandono, nem sempre era fácil. Nos seminários diocesanos, com planos de estudos similares aos dos liceus e submissão aos exames nacionais daqueles, a equivalência era garantida. O mesmo não acontecia na maioria das congregações religiosas,

em que a equivalência académica só era concedida, após a realização nos liceus dos chamados “exames de transição”. Infelizmente as tentativas para implementar no concelho de Ponte de Lima estabelecimentos de ensino público não tiveram nem o sucesso nem a continuidade desejáveis. A Escola Municipal Secundária (1904/05 – 1910/11) que oferecia a frequência dos quatro primeiros anos do curso geral dos liceus, criada pela Câmara Municipal em resposta a uma representação dos maiores contribuintes do Concelho, em 28 de Maio de 1904, e homologada pelo Governo, em 14 de Julho do mesmo ano, não ultrapassou os sete anos de existência. Por motivos financeiros, em 10 de Agosto de 1911, a Comissão Administrativa Municipal, sob a presidência de Policarpo da Gama e Azevedo, deliberou a sua extinção, deliberação que a Câmara dos Deputados confirmou, em 29 de Dezembro desse ano, extinguindo de facto este estabelecimento de ensino público. Esta escola, criada na expectativa de ser transformada em liceu nacional, onde os jovens limianos e os de concelhos vizinhos pudessem concluir o curso geral dos liceus, teve uma existência bastante atribulada, pois a Câmara Municipal que se tinha comprometido, no acto da criação, a suportar todas as despesas de instalação e de funcionamento, cedo manifestou in-

capacidade para respeitar esse compromisso. Em 1909, em vez das cinco classes desejadas, o Governo reduziu-as a três, diminuindo o número de professores e, por consequência, as respectivas despesas. Paradoxalmente, nesse mesmo ano, precisamente a 7 de Setembro, por intervenção do deputado pelo círculo de Ponte de Lima, João Inácio de Araújo Lima, foi aprovada na Câmara de Deputados a concessão do subsídio anual de um conto de reis à Escola Municipal Secundária. Em 1919, vai ser criado, por empenho do administrador do Concelho, José Martins de Albuquerque, e por intervenção do próprio Ministro da Instrução Pública, Joaquim de Oliveira<sup>[17]</sup>, um outro estabelecimento de ensino designado por Escola Primária Superior ( Fig.n.º3). Apesar de corresponder ao terceiro grau em que o ensino primário tinha sido estruturado em 1911<sup>[18]</sup>, conforme o artigo 8.º do decreto-lei nº5787 - B, de 15 de Maio de 1919, o diploma das escolas primárias superiores habilitava a requerer matrícula nas escolas normais primárias, a requerer exame de saída do curso geral dos liceus, 2ª secção, a requerer o diploma de aptidões pedagógicas nas escolas normais primárias para o exercício do ensino primário livre, a requerer matrícula nas escolas técnicas correspondentes, na parte já especializada, e a concorrer a todos os cargos públicos para que

[17] FORAM SUPRIMIDAS EM 7/1/1924, PELO MINISTRO DA INSTRUÇÃO, ANTÓNIO SÉRGIO DE SOUSA, PELO DECRETO Nº 9354, QUE FOI REVOGADO EM SEGUIDA PELO NOVO MINISTRO, HÉLDER RIBEIRO, APÓS REORGANIZAÇÃO, CONFORME DECRETO Nº 9763, DE 4 DE JUNHO DE 1924.

[18] CONFORME PREÂMBULO DO DECRETO Nº 5078 DE 24/12/1918, “A ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR DEVE CONSTITUIR A EDUCAÇÃO MÍNIMA DO CIDADÃO PORTUGUÊS.”

fosse exigida a aprovação no exame de saída do curso geral dos liceus. As escolas primárias superiores, com um plano de estudos mais abrangente e diversificado que o dos liceus, compreendendo uma componente de formação geral e outra de formação técnica, proporcionavam simultaneamente a prossecução de estudos e o desenvolvimento de competências para a vida activa. Esta nova experiência também teve uma existência atribulada<sup>[17]</sup> e curta duração. Por decreto publicado em 15 de Junho de 1926, o Governo de ditadura militar resultante do movimento militar de 28 de Maio desse ano determinou a extinção de todas as escolas primárias superiores, alegando como razão fundamental a deficiente preparação dos professores. Se a falta de recursos humanos foi um motivo forte para a sua extinção, esta razão não se aplicava à escola de Ponte de Lima cujo corpo docente era justamente conhecido pela sua idoneidade e competência. Outros motivos estiveram certamente na origem desta decisão que vai pôr termo a uma modalidade de ensino<sup>[18]</sup> que, muitas dezenas de anos antes do seu tempo, representou uma primeira tentativa para ensaiar uma escolaridade obrigatória que ia muito além da frequência de três classes a que o ensino público ficou limitado durante dezenas de anos. Logo que o presidente da Câmara, coronel Alberto de Sousa Machado, teve co-

nhecimento que estava prevista a criação de uma escola técnico-profissional em Ponte de Lima, envidou todos os esforços para oferecer as condições exigidas pelo Governo para esta entrar em funcionamento. Nos inícios de Dezembro de 1959, o presidente da Câmara informou os vereadores que, ao abrigo do decreto-lei n.º 42368, de 4 de Julho de 1959, estava prevista a criação em Ponte de Lima, de uma Escola Comercial e Industrial, acrescentando que essa criação poderia ser imediata, caso a Câmara disponibilizasse um edifício com as condições adequadas para o efeito, tendo apresentado a seguinte proposta: *“Considerando que o decreto 42.368, de 4 de Julho de 1959, prevê a criação em Ponte de Lima de uma Escola Comercial e Industrial; considerando que essa criação pode fazer-se imediatamente, se o Município puser à disposição do Governo edifício onde essa escola funcione; considerando os grandes benefícios que a existência dessa escola traz ao concelho, quanto a facilidades de instrução dos seus filhos; considerando que esses benefícios justifiquem que esta Câmara vise, como primeiro objectivo da sua acção, no momento presente, a criação dessa escola, embora com sacrifício de outros melhoramentos necessários; considerando que existe na vila um edifício disponível que perfeitamente satisfaz as condições*



**FIGURA 3.**

Aspecto actual da fachada do edifício, sito na rua Norton de Matos, onde funcionou a Escola Primária Superior.

*exigidas para a instalação da Escola – o palacete Morais. Proponho que a Câmara delibere no sentido de serem feitas as diligências necessárias à aquisição desse edifício por meio de um empréstimo a fazer na Caixa Geral de Depósitos”<sup>[9]</sup>.*

No ano seguinte, pelo Decreto-Lei n.º 43401, de 15 de Dezembro de 1960, foi criada a Escola Técnica de Ponte de Lima, que, no ponto único do artigo 5.º, estabelecia: “A Escola a que se refere o corpo deste artigo pode ser confiada à Congregação Salesiana, mediante acordo de cooperação a estabelecer entre o Estado e a Congregação, sem prejuízo da validade oficial do ensino ministrado.”

A abertura da nova escola tornou-se um objectivo prioritário para o presidente da Câmara, contudo, a tarefa não foi fácil, deparando-se com obstáculos difíceis de ultrapassar.

As negociações que envolveram o presidente da Câmara, os ministérios da Educação Nacional, da Saúde e Assistência, o Provincial da Congregação dos Salesianos e a direcção da Oficina de S. José prolongaram-se, sem resultados. Em suma: admitindo o Ministério da Educação a entrega da direcção da Escola Técnica aos Salesianos e sendo pretendido o palacete da Vila Morais (Fig. n.º4), onde funcionava a Oficina de S. José, era necessário que a Câmara adquirisse esse imóvel e terrenos anexos, que os Salesianos se fi-



**FIGURA 4.**

Palacete da Vila Morais (in, *Limiana*, Abril de 2011)

<sup>[9]</sup> LIVRO DE ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, DE 1959-1960.

xassem em Ponte de Lima, que a direcção da Oficina de S. José estivesse de acordo e que os ministérios da tutela dessem o seu aval. Recorde-se que, paralelamente, decorriam negociações entre os novos proprietários do Externato Cardeal Saraiva, padre Carlos Pinheiro e dr. Alcides Martins Pereira, e a direcção da Oficina de S. José, visando a transferência do Externato, a funcionar num obsoleto edifício da Santa Casa da Misericórdia, sito na então rua do Pinheiro, para o edifício da Vila Morais, o que veio a acontecer, com a junção das duas instituições.

O novo presidente da Câmara, Álvaro Vieira de Araújo, logo que entrou em funções, em 17 de Junho de 1964, emprestou todo o seu empenho em resolver o problema da instalação da Escola Técnica. Assim, na reunião de 29 de Outubro de 1964, o Presidente propôs, nos seguintes termos, que a Câmara adquirisse à Santa Casa da Misericórdia, para ser adaptado a escola técnica, o prédio urbano e terrenos anexos onde tinha funcionado o Externato Cardeal Saraiva, à rua do Pinheiro (Fig. n.º5), mediante um empréstimo de 600 contos:

*“Considerando que a Escola Técnica de Ponte de Lima, criada pelo decreto número quarenta e três mil quatrocentos e um, de quinze de Dezembro de mil novecentos e sessenta, acaba de ser dotada pelo decreto número quarenta e*



**FIGURA 5.**

Edifício à rua do Pinheiro, onde funcionou o Externato Cardeal Saraiva (in *Limiana*, Abril de 2011)

cinco mil novecentos e oitenta, de vinte de Outubro do corrente ano; Considerando que, nos termos do artigo sexto deste último diploma, a referida Escola deve funcionar, para já, em instalações facultadas pela Câmara Municipal; Considerando ainda que o Município não dispõe de edifício adequado e que o arrendamento e adaptação de qualquer edifício particular a Escola Técnica não me parece conveniente nem económico; Considerando ainda a valiosíssima ajuda prometida por sua excelência o ministro das Obras Públicas.

Proponho: Primeiro – Que a Câmara delibere adquirir à Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, para ser adaptado a Escola Técnica, o prédio urbano onde funcionou o Externato Cardenal Saraiva e terrenos anexos; Segundo – Que se peçam oficialmente a sua excelência o senhor ministro das Obras Públicas a comparticipação do Estado e um empréstimo de seiscentos contos, sem juros, pelo Fundo do Desemprego; Terceiro – Que a Câmara encarregue um arquitecto de estudar e fiscalizar convenientemente a execução das obras.<sup>[10]</sup>

Esta hipótese foi posta de parte, pois, a aquisição do edifício e as obras de adaptação eram demasiado onerosas para os cofres da Câmara. Entretanto, por despacho ministerial, é autorizado o funcionamento da Escola Técnica a partir de

Outubro de 1965, sendo, de imediato, abertas as inscrições para o exame de admissão. A Câmara deliberou, após a assinatura da escritura de compra do edifício do Paço do Marquês, dar imediatamente início aos trabalhos indispensáveis para nele funcionar a Escola Técnica<sup>[11]</sup>. Após rápidas obras de adaptação, as aulas abriram em Dezembro de 1965.

As instalações eram muito precárias e exíguas. Não se praticava Educação Física, por falta de pavilhão. As instalações sanitárias, além de insuficientes, não respeitavam as mais elementares regras de higiene pública. Os anexos pré-fabricados, instalados no espaço traseiro do edifício, não possuíam as necessárias condições de isolamento e protecção. As salas de aulas resultantes da divisão de espaços mais amplos por materiais de aglomerado de madeira não tinham as mínimas condições acústicas. Não existia cantina, pelo que a maioria dos alunos que vinha das aldeias, trazia o respectivo farnel para o almoço que era degustado a qualquer hora e em qualquer canto. O equipamento didáctico era escasso ou inexistente. As próprias papelerias da Vila não dispunham de algum do mais elementar material didáctico. A dispersão das instalações, associada à falta de pessoal auxiliar de educação, tornava quase impossível o controlo da pontualidade e da assiduidade dos alunos. O ri-

“  
*As instalações eram muito precárias e exíguas. Não se praticava Educação Física, por falta de pavilhão. As instalações sanitárias, além de insuficientes, não respeitavam as mais elementares regras de higiene pública.*  
”

[10] LIVRO DE ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA, DE 1964-1965

[11] EM 23 DE JANEIRO DE 1963, POR PROPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ALBERTO MACHADO, APROVADA POR UNANIMIDADE, FOI DELIBERADO ADQUIRIR À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, POR 504 840\$00, O IMÓVEL CONHECIDO POR PAÇO DO MARQUÊS, PARA SER ADAPTADO A PAÇOS DO CONCELHO.

[12] COM A RECONVERSÃO DOS CURSOS DO ENSINO TÉCNICO EFECTUADA POR VEIGA SIMÃO A PARTIR DE 1970, OS CURSOS DE MECÂNICA E DE ELECTRICIDADE PASSARAM A FUNCIONAR SEPARADAMENTE.

goroso cumprimento de horários não era possível por falta de suficientes salas de aulas. Infelizmente, estas condições das instalações escolares não eram exclusivas da Escola Técnica de Ponte de Lima!

Ora, segundo o artigo 5.º do Decreto-Lei nº 43401, de 15 de Dezembro de 1960, “na Escola Técnica de Ponte de Lima, será ministrado o ensino:

a) Do ciclo preparatório;

b) Complementar de aprendizagem e de aperfeiçoamento agrícola, nos termos do Decreto-Lei nº41381, de 21 de Novembro de 1957;

c) De formação industrial, especialmente orientada para as profissões electromecânicas, nos termos fixados para as demais escolas criadas pelo presente diploma.”

Conforme o diploma de criação da Escola Técnica, seriam ministrados dois níveis de ensino, o ciclo preparatório e o curso geral da indústria e o ensino complementar de aprendizagem e duas áreas de formação, o curso de formação industrial de electromecânica e o ensino complementar de aprendizagem e de aperfeiçoamento agrícola. Posteriormente, por despacho ministerial de 1967, foi autorizado o funcionamento do curso de formação feminina.

À medida que aumentou a frequência escolar, a Câmara Municipal viu-se forçada a ampliar as instalações. Nos terrenos contíguos ao Paço do Marquês, foram

implantados anexos pré-fabricados. Foi readaptado o edifício sito à rua Cardeal Saraiva, onde tinha funcionado o Cartório Notarial (Fig.n.º6). Foram ainda arrendados outros imóveis, como a “Casa dos Malheiros” (Fig. n.º7), à rua do Souto, e ainda um edifício, à rua do Arrabalde, para onde vai ser transferido o ciclo preparatório.

Enquanto os cursos de electromecânica<sup>[12]</sup> e de formação feminina arrancam em 1967/68, o mesmo não aconteceu com o ensino complementar de aprendizagem e de aperfeiçoamento agrícola que, na versão estabelecida no diploma da sua organização, nunca chegou a funcionar. Tal poderá atribuir-se à falta de condições materiais para o seu ensino, situação prevista no decreto nº 4598, de 20 de Outubro de 1964, que, no ponto 3 do artigo 6.º, estipulava que só seria aberta matrícula para os cursos cuja conveniente instalação estivesse assegurada. De facto, a Escola Técnica, nos primeiros anos da sua existência, não possuía terrenos adequados à demonstração de técnicas e à prática agrícola. Outros motivos, tais como, a falta de candidatos, a deficiente divulgação ou o fraco empenho por parte da direcção da Escola, também poderão ter contribuído para a não implementação de cursos desta natureza.

Contudo, bastante mais tarde, nos finais da década de 1970, num período em



FIGURA 6.

Aspecto actual do edifício, sito à rua Cardeal Saraiva, onde decorreram actividades do Curso de Formação Feminina.

[13] PELO DECRETO-LEI Nº 80/78, DE 27 DE ABRIL DE 1978, OS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO PÓS CICLO PREPARATÓRIO PASSARAM A DESIGNAR-SE POR ESCOLAS SECUNDÁRIAS.



FIGURA 7.

Átrio do edifício, “Casa dos Malheiros”, na rua do Souto, onde funcionaram actividades formativas.

que já se tinha processado a unificação dos cursos gerais do ensino secundário, uma das opções trimestrais da disciplina de trabalhos oficinais dos 7.º e 8.º anos, oferecida pela Escola Técnica / Secundária<sup>[13]</sup> de Ponte de Lima foi a hortofloricultura, que registou alguns resultados curiosos, com as primeiras experiências a serem realizadas em parcelas de terreno da quinta da Graciosa.

Após a reforma curricular dos cursos complementares do Ensino Secundário, nos finais da década de 1970, e coincidindo com o processo de transferência da sede da escola do Paço do Marquês para as novas e actuais instalações da Escola Secundária, na componente de formação vocacional da Área A – Estudos Científico-Naturais – foi implementada a “Produção Agro-pecuária”, praticada, primeiro, na quinta da Graciosa, e, em seguida, na quinta do Cruzeiro, com resultados muito positivos. Também nos mesmos espaços, funcionou o Curso Técnico de Agricultura da via profissionalizante do 12.º ano de escolaridade. Com a fundação da Escola Profissional Agrícola de Ponte de Lima, nos inícios da década de 1990, esta área de formação ficou exclusivamente concentrada neste estabelecimento de formação profissional.

Quanto ao ensino de Mecânica, teve continuidade praticamente ininterrupta, desde 1967/68 até à actualidade, sendo

sempre uma oferta formativa da Escola Secundária de Ponte de Lima, sobrevivendo às sucessivas reformas de organização curricular do ensino secundário. O Ciclo Preparatório do Ensino Técnico, primeiro nível de ensino público directo que arrancou em Ponte de Lima, no Paço do Marquês, em 1965/66, registou uma rápida e diversificada expansão no Concelho, pois modalidades de ensino alternativo arrancaram quase simultaneamente. O ciclo complementar do ensino primário (5.ª e 6.ª classes) e a Telescola (1.º e 2.º anos), criados em 1964, foram implementados em numerosas freguesias do Concelho, a partir de 1966/67. Pelo Decreto-lei n.º47480, de 2 de Janeiro de 1967, operou-se a fusão do ciclo preparatório do ensino técnico com o 1.º ciclo do ensino liceal, passando a denominar-se ciclo preparatório do ensino secundário. As Escolas Preparatórias do Ensino Secundário, criadas em Agosto de 1968 e dotadas no mesmo ano com quadros de pessoal docente, administrativo e menor, passaram a funcionar como unidades autónomas. No que concerne à de Ponte de Lima, que, após consulta às autoridades locais, passou a ser denominada Escola Preparatória de António Feijó, foi necessário encontrar outro edifício para a instalar, até porque, para além dos quesitos legais, era inadiável a sua transferência, devido ao significativo aumento

da população escolar. E, mais uma vez, vai funcionar em instalações provisórias muito precárias. Na reunião da Câmara Municipal de 9 de Agosto de 1969, o presidente Álvaro Vieira de Araújo propôs e foi aprovado que fossem executadas imediatamente, e a expensas do Município, as indispensáveis obras de adaptação do prédio da rua Vasco da Gama (actual rua do Arrabalde), pertencente à senhora Beatriz Fernandes Lima, para aí ser instalado o ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Fig. n.º8). Aí vai funcionar durante mais de dez anos a Escola Preparatória de António Feijó, até ser transferida para as actuais instalações construídas numa parcela de terreno da quinta da Graciosa, vendida pela Câmara Municipal ao Ministério da Educação Nacional. Com a construção das escolas de Freixo, de Arcozelo e da Correlhã ficou concluída a rede escolar do Concelho, abrangendo, não apenas o 2.º ciclo do ensino básico, mas também o 3.º, uma vez que pela Lei de Bases do Sistema Educativo Português (lei n.º46/86, de 14 de Outubro) a escolaridade obrigatória foi alargada para 9 anos.

Em conclusão: Apesar de algumas experiências de ensino oficial pós primário implementadas na Vila nas primeiras décadas do século XX, o concelho de Ponte de Lima, como a grande maioria dos concelhos do País de idêntica cate-

goria, esteve privado, durante quase 40 anos, de qualquer estabelecimento de ensino público de nível de ensino superior à 4.ª classe (actual 4.º ano do 1.º ciclo do ensino básico). Na década de 1960, num contexto de reformas do sistema de ensino português, o Governo contemplou o Concelho com um estabelecimento de ensino técnico-profissional, ramo de ensino que melhor corresponderia aos anseios de uma parte significativa da população. Se a notícia da criação da Escola Técnica foi motivo de contentamento geral, a instalação da mesma foi um processo lento e complicado, pois o encargo de as autarquias locais terem que colocar à disposição do Ministério da Educação Nacional os convenientes edifícios era demasiado pesado para os parcos orçamentos municipais. Face ao contínuo e acelerado crescimento da população escolar, a Câmara Municipal tentou responder, disponibilizando mais instalações, próprias ou arrendadas, mas sempre exíguas e provisórias. As novas políticas educativas, projectadas pelo ministro da Educação Nacional José Veiga Simão, no início da década de 1970, aprofundadas com a implantação do regime democrático, após o 25 de Abril, corporizadas em sucessivas reformas dos ensinos básico e secundário, alteraram profundamente a estrutura do sistema educativo, tornando-o acessível a um



**FIGURA 8.**

Aspecto actual da fachada do edifício à rua do Arrabalde.

número incomparavelmente maior de jovens e adolescentes, o que implicou a construção de numerosos estabelecimentos de ensino, encargo só exequível com um significativo aumento de verbas para o sector da Educação, com as candidaturas a fundos comunitários e a transferência para as autarquias locais de novas competências nesse domínio.

## FONTES

- Testemunhos orais, nomeadamente de ex-alunos e ex-professores.
- *Livros de Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima*, 1904-1908, 1908-1911, 1911-1913, 1918-1923, 1959-1960, 1960-1961, 1963-1964, 1964-1965, 1965-1967, 1967-1968, 1968-1970, 1972-1974.
- *Livro de Actas das Sessões Plenárias da Câmara Municipal de Ponte de Lima*, 1914-1920.
- *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1895, 1904, 1905, 1909, 1911, 1918, 1919, 1924, 1926, 1929, 1936, 1947, 1948, 1952, 1957, 1959, 1960, 1964, 1965, 1967 e 1970. Lisboa: Imprensa Nacional.
- *Cardeal Saraiva*. Ponte de Lima, 1911, 1919, 1926, 1960, 1965, 1966, 1967, 1970, 1973.
- *Comércio (O) do Lima*. Ponte de Lima, 1906 – 1911, 1919.
- *Echo (O) do Lima*. Ponte de Lima, 1905-1907.
- *Lima (O)*. Ponte de Lima, 1960.
- *Aurora do Lima*. Viana do Castelo, 01/02/1966.
- *Limiana*. Lisboa: Casa do Concelho de Ponte de Lima, Abril de 2011.
- *Boletim informativo n.º 22*. Lisboa: Ministério da Educação e das Universidades, Março de 1982.